

ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Aborda o problema das drogas.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Faz denúncia a respeito de repasses de recursos.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Manifesta-se a respeito da recuperação da SC-423.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (pela ordem) - Registra a visita dos alunos do Centro Educacional Ricardo Marchi, de Rio do Sul.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Reporta-se à questão das drogas e à segurança pública.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (pela ordem) - Registra a presença de Marco Antônio dos Santos, diretor da Farsul, de Benício Albano Werner, presidente da Afubra, e de Marcílio Laurindo Drescher, tesoureiro da Afubra.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Rio do Campo.

### **Partidos Políticos**

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Ressalta o nível de investimentos com o ProUni.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Discute a Lei de Acesso à Informação Pública.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** - Destaca o pioneirismo do Centro Universitário Barriga-Verde, Unibave, em Cocal do Sul.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Reporta-se à Resolução n. 72.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Analisa o quadro das próximas eleições.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Critica o excesso de estrutura dos poderes.

### **Ordem do Dia**

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (pela ordem) - Reporta-se ao PL n. 0032/2012.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Reporta-se ao PL n. 0032/2012.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (pela ordem) - Reporta-se ao PL n. 0032/2012.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (pela ordem) - Reporta-se ao PL n. 0032/2012.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Discute o PL n. 0032/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de iniciar a minha breve intervenção nesta tarde parabenizando o deputado Dado Cherem e o governador Raimundo Colombo pelos R\$ 50 milhões liberados hoje para a área de saúde, em especial para os hospitais filantrópicos. Acredito que foram poucas as ocasiões em que um governo liberou de uma só vez tantos recursos para os hospitais filantrópicos de Santa Catarina. O montante de R\$ 50 milhões é um valor a ser aplaudido e reconhecido por esta Casa.

Destaco aqui os R\$ 6 milhões liberados hoje para a cidade de Blumenau, sendo R\$ 1 milhão para o Hospital Universitário da Furb, R\$ 1 milhão para o Hospital Santa Isabel e R\$ 2,5 milhões para a Fundação Hospitalar Santo Antônio. Enfim, a rede de Blumenau agradece. Gaspar e o vale do Itajaí também foram contemplados, assim como todo o estado de Santa Catarina.

É compromisso também do governador a área de segurança. Sua Excelência deverá, na próxima semana, anunciar algumas ações pontuais no que diz respeito ao efetivo. Inclusive, estará na próxima segunda-feira em Blumenau fazendo o anúncio nessa questão tão problemática para todos nós, catarinenses, que é o aumento do efetivo na área da segurança.

Dou as boas-vindas ao deputado Plínio de Castro, legítimo representante do oeste

catarinense; também ao deputado Daniel Tozzo, de Chapecó. Sejam bem-vindos!

Por falar em segurança, gostaríamos de destacar, sr. presidente e srs. deputados, a nossa preocupação constante e permanente, como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, com o binômio droga e violência, que se vem acentuando no estado de Santa Catarina.

Eu li com muita atenção um artigo no *Diário Catarinense*, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Tecnologia contra a droga

O tráfico e o consumo de drogas turbinam a violência e a criminalidade que se espraiam pelas cidades e contaminam o tecido social com assustadora violência. Os tentáculos do narcotráfico expandem-se com desenvoltura tanto nas áreas periféricas e mais carentes dos cenários urbanos quanto nas mais privilegiadas. Santa Catarina, por sua posição geográfica estratégica, insere-se no mapa do narcotráfico internacional."

E aí entra uma nova questão para o debate das drogas em Santa Catarina, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que é egresso da Polícia Civil e entende disso muito bem, que é a questão da droga sintética, em especial a sua vinda do exterior. Até parabenizo o governador Raimundo Colombo, que adquiriu para a secretaria da Segurança Pública um aparelho chamado Cromatógrafo Gasoso com Detector de Massas (CGMS), um investimento de R\$ 820 mil para o Instituto Geral de Perícias, que vai ajudar a identificar a presença no estado de Santa Catarina de drogas sintéticas.

Acredito que além do efetivo, é com atitudes como essa que vamos dar um eficaz combate às drogas no estado de Santa Catarina. E registro que somos o primeiro estado do país a identificar a droga sintética estrangeira chamada 2CB, cuja aparência e efeito são semelhantes ao do alucinógeno *ecstasy*, de largo uso entre os jovens catarinenses.

A Frente Parlamentar continua com suas audiências públicas e estamos anunciando, deputado

Kennedy Nunes, para a próxima sexta-feira, dia 11, às 15h, a nossa próxima audiência sob a organização da deputada Luciane Carminatti, na cidade de Ponte Serrada.

Deputado Maurício Eskudlark, espero sua presença lá, já que é da região, bem como a do deputado Neodi Saretta, para fazermos uma leitura do cenário das drogas na região que abrange vários municípios do entorno.

Será um debate promovido pela Câmara de Vereadores de Ponte Serrada, que terá início às 15h do dia 11, próxima sexta-feira. Na semana seguinte estaremos também, deputado Kennedy Nunes, na sua região, em São João de Itaperiú, com uma audiência pública na Câmara de Vereadores do referido município, a convite da Comissão de Prevenção às Drogas.

Eu gostaria, sr. presidente e srs. deputados, de encerrar a minha breve intervenção nesta tarde fazendo uma necessária e justa homenagem a todas as mães, cujo dia é comemorado no próximo domingo. Não tenho infelizmente mais a minha mamãe, que partiu há dois anos, mas quero prestar homenagem à minha esposa, à minha sogra Susana, de Lages, e a todas as mães que nos acompanham, em especial, deputado Dieter Janssen, às mães dos dependentes químicos, mulheres que sofrem, que choram. Talvez não exista maior dor do que a de uma mãe que vê seu filho dependente de drogas.

Nós, que atendemos diariamente em nossos gabinetes às mães desesperadas à procura de uma solução, queremos deixar-lhes uma mensagem de força, coragem e determinação. Desejamos que Deus possa de fato consolar o coração aflito dessas mães de dependentes químicos.

Faço minha a homenagem à mãe catarinense, ressaltando uma frase que escrevi em um dos meus livros: "A família indica o caminho, mas é o amor da mãe que o ilumina".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, quero retomar o tema que ontem foi tratado aqui em torno da Resolução n. 72: corte do Orçamento de Santa Catarina, desenvolvimento político disso e as consequências, a partir dessa nova realidade fiscal, que já este ano vai atingir o nosso estado.

Temos discutido sob vários aspectos a questão das secretarias de Desenvolvimento Regional, que foi o tema que tratei ontem nesta Casa. Para os deputados que não estavam presentes, algumas secretarias contrataram academias, como a SDR de Araranguá, que contratou duas academias de ginástica ao ar livre por R\$ 30 mil. A SDR de Canoinhas, que não sei quem é e fico com muita vontade de falar, contratou a mesma academia, uma só, por R\$ 80 mil. E cada uma tem um desenho diferente.

Temos dito que as SDRs podem ter um papel, é claro, desde que sejam redesenhadas, o que inclui viabilizá-las em alguns lugares do estado, mas é inadmissível o número de quase 40 secretarias. Mas insisto em dizer que não é o custo das pessoas que estão lá que onera o estado de Santa Catarina e sim o custo da própria gestão pública. Por exemplo, não se faz mais licitação em muitas coisas como antes, pois com a compra concentrada poderia haver maior rigor na aplicação do dinheiro público.

É claro que não são somente as SDRs que merecem a nossa atenção. Quero partilhar com vocês as últimas movimentações do Fundo Social, pois também é assombrosa a sua participação no Orçamento de Santa Catarina. Vejam v.exas. que num momento de contenção de despesas, quando é dito na imprensa que o estado de Santa Catarina precisa cortar despesas, foram repassados, apenas este ano, R\$ 14.712.413,32. Esse levantamento foi feito a partir de publicação no Diário Oficial da União.

V.Exas. viram recentemente o movimento dos acampados em prol da cultura, dizendo que há projetos com todas as tramitações realizadas, com tudo pronto, aprovados, mas os recursos não são liberados. Outros projetos não passam nem pelo

conselho, o que é uma obrigação legal, não é uma deferência da governança, é uma obrigação legal. Portanto, são repasses feitos ao arrepio da lei.

Mas gostaria, para não dizer que é a cultura que está onerando o nosso estado, de mencionar alguns dados para v.exas. Até gostaria de fazer uma fotocópia desse material para que ele fosse incluído em ata, dada a relevância do tema.

No mês de janeiro se gastou R\$ 2,275 milhões com repasses para escolas de samba, ao Instituto de Organização do Lazer, que ninguém consegue identificar direito o que é.

Em fevereiro aparecem outras preciosidades como, por exemplo: prefeituras com R\$ 400 mil. Aí imaginamos que possa ser um bom projeto social, mas quanto mais entramos no detalhamento vemos que mais difícil é entender o nome e a função social da entidade e maior o valor que é liberado. E chamou-me atenção especial que no dia 29 de fevereiro a Associação Recreativa Ambiental e Social Ação Contínua obteve a liberação de R\$ 150 mil.

Srs. deputados, fomos vendo que em outros lugares essa associação também recebeu dinheiro, com algumas curiosidades. Essa associação fez um campeonato de skate de dois, cujo presidente também assina como tesoureiro e curiosamente a presidente do conselho fiscal é a sua irmã, que mora em Alagoas, mas que registra na entidade o mesmo endereço do irmão.

Foi um evento de R\$ 150 mil. E essa mesma entidade fez um evento esportivo no dia 27 de dezembro, *stand up* de um dia, para o qual foram liberados R\$ 200 mil, com uma premiação de R\$ 10 mil e com apenas 13 atletas inscritos.

Algumas entidades chegam a acumular milhões em alguns meses. Isso não tem passado sequer pelo conselho, como determina a legislação. E estou tratando desse assunto porque outras entidades que já têm aprovação no conselho, no comitê, com as três assinaturas necessárias no comitê gestor, enfim, com tudo que precisa ser feito, não têm recursos liberados, mesmo sendo federações esportivas que têm uma longa tradição. Mas

entidades são montadas de um dia para outro e curiosamente o seu presidente vira candidato a vereador. Vejam que interessante, vejam como muda a vida das pessoas tão rapidamente.

Precisamos discutir o orçamento das cidades, o orçamento do estado, particularmente o orçamento do estado de Santa Catarina, que agora vive a iminência de um corte. Mas temos que discutir em cima de coisas sérias.

Se tivermos condições de em menos de meio ano liberar R\$ 15 milhões para entidades que não prestam contas disso e que não têm uma mínima avaliação... Não estou dizendo que todas as entidades que estão aqui são entidades que não gozam de prestígio e que não fizeram alguma atividade importante. Mas eu gostaria que os parlamentares desta Casa se debruçassem sobre cada um dos eventos aqui citados.

Estamos também fazendo um pedido de informação indagando ao governo do estado por que tem liberado recursos sem que os conselhos, conforme determina a lei, aprovem-nos. E se o governo libera ao arrepio da lei, por que o faz, a quem faz, quando, quanto e para quê. Porque essas são respostas que não apenas nós, parlamentares, precisamos saber, mas, acima de tudo, o povo precisa saber. Se quisermos ter uma nova perspectiva do Orçamento em Santa Catarina, precisamos entender para onde está indo o dinheiro, especialmente quando não ocorre licitação e quando não sabemos nada sobre sua aplicação.

Esta é uma tarefa republicana, do próprio governo do estado, compreender para onde está indo o dinheiro. Se as SDRs funcionam, que sejam mantidas, mas que possamos ter mais zelo com o dinheiro público; se o Fundo Social é importante, e eu tenho convicção de que é, então que tenhamos ferramentas para garantir a impessoalidade que a Constituição já nos garante e que tenhamos ferramentas, por exemplo, como no caso dos editais de fomento.

Por que as solicitações relacionadas ao esporte e à cultura em determinadas situações são

aprovadas e em outras não? O Tribunal de Contas do Estado fez uma auditoria, mostrou o caminho que o governo deve trilhar. Questionamos o Tribunal de Contas se nesta gestão o governo tem criado mecanismos para coibir esse absurdo que acontece hoje, e a resposta foi muito clara: nada mudou.

Libera-se dinheiro hoje com muito mais facilidade do que em outro momento. O Fundo Social perdeu a sua característica e passou a ser uma caixa de graciosidades para os amigos do rei, e apenas para alguns que integram a base do governo, alguns amigos do rei, porque ouvimos falar, à boca pequena, que alguns integrantes do governo não conseguem levar um evento da sua cidade adiante.

O governador disse em público que não iria mais ajudar nenhuma festa em nenhum município. Essa foi uma das primeiras medidas de contenção de gastos do governo, mas vemos agora que alguns municípios continuam sendo contemplados. Quem constrói as regras? Quem autoriza que elas sejam vulneradas? Quem permite que a lei não seja aplicada? Esse é um questionamento que todos precisam fazer.

Santa Catarina precisa saber para onde vai o seu Orçamento, em especial aquilo que não conseguimos materializar com o interessa público.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria, em primeiro lugar, de registrar que voltamos a cobrar do secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, a recuperação da SC-423, que liga os municípios de Rio do Campo e Taió. Fizemos até uma audiência pública muito grande sobre a recuperação daquela rodovia, com maciça participação da comunidade, o que demonstra a necessidade da obra.

O secretário havia garantido que até o final de março sairia essa licitação. Cobramos dele várias vezes, e ontem foi anunciado que até 20 de maio sairá a licitação. Essa informação é muito importante para a região e esperamos que desta vez o prazo não seja prorrogado e que de fato ocorra a licitação na data anunciada, porque se trata de uma rodovia muito importante não apenas para Taió e Rio do Campo, mas também para Santa Terezinha e toda a região. Vamos continuar na luta para que seja executada a obra de ligação asfáltica de Santa Terezinha até a BR-116.

Então, estamos trabalhando para que sejam concluídas essas reivindicações, principalmente a da Câmara de Vereadores de Rio do Campo, do vereador Rodrigo Preis, que hoje é presidente e que se tem empenhado muito para que seja realizada essa obra.

Sr. presidente, quero registrar, e já noticiamos isso pela imprensa, que entregamos em nome da nossa bancada uma representação no Ministério Público, numa audiência que tivemos com dr. Lio Marcos Marin, procurador-geral de Justiça, para instauração de um inquérito civil público sobre os fatos e as graves denúncias veiculadas na imprensa, mas também feitas pelos delegados da Polícia Civil de Santa Catarina, com relação aos desvios na área da segurança pública de Santa Catarina.

Propusemos aqui o encaminhamento de uma CPI. Até o momento isso não foi possível, mas a bancada do PT não vai parar por aí. Esse processo é muito grave, as denúncias são muito graves e precisam ser apuradas, investigadas.

Temos claro que a cúpula da Segurança Pública de Santa Catarina, seja o secretário César Grubba, seja o próprio secretário adjunto, não têm mais condições de fazer uma profunda apuração e a punição dos responsáveis.

Os motores que estavam em Joinville que foram desviados para um ferro velho, simplesmente voltaram para o depósito do Detran e nada aconteceu. Isso tudo é muito estranho. E o que aconteceu com os carros leiloados que não foram ao

seu destino? E a questão dos motores que agora voltaram ao depósito? O que aconteceu? Para onde foram esses motores? Quem pegou? Quem levou? Basta simplesmente devolver?

Fizemos essa representação ao Ministério Público e esperamos que o dr. Lio Marcos Marin e toda a direção do Ministério Público de fato se empenhe e traga-nos... Como não é possível até o momento trabalharmos com uma CPI, esperamos do Ministério Público a apuração dessa situação e que mostre a verdade à população catarinense e a todos nós, parlamentares.

A grande preocupação que continua é o esvaziamento do Deic, a intervenção política na direção do Deic, tirando a autonomia desse órgão tão importante para Santa Catarina, que deve investigar quem quer que seja, incluindo as lideranças do próprio governo.

Srs. deputados e sras. deputadas, uma das questões que nos preocupam muito é a diminuição das possibilidades do programa Guardião, um dos mecanismos de apuração de fatos ilícitos e de crimes. Temos o exemplo do caso de Carlinhos Cachoeira, cuja escuta telefônica possibilitou identificar todos os nomes e crimes da organização, possibilitando que até um senador - Demóstenes Torres - perca o seu mandato. Então, esse programa precisa ser fortalecido e não destruído. É preciso apurar toda a situação, seja do crime organizado ou qualquer situação de crime no nosso estado.

Gostaria de comunicar também que amanhã não estarei nesta Casa, pois acompanharei um conjunto de atividades na capital federal, juntamente com as organizações de agricultores e entidades que estão no processo de negociação com o governo federal em busca de mais apoio aos que perderam a sua safra, a sua renda, com a estiagem.

Além do tema da estiagem, vamos acompanhar outro tema, que é a polêmica situação do conflito de agricultores e indígenas nos municípios de Saudades e Cunha Porã. Vamos discutir a liberação imediata de recursos para a compra de outra área para o assentamento provisório dos indígenas.

Para terminar, quero dizer que o governo federal tem apoiado decisivamente aqueles que tiveram prejuízos com a estiagem. Além dos R\$ 10 milhões já liberados para o programa emergencial, temos ainda R\$ 10 milhões para serem investidos no programa de construção de cisternas, que o estado, segundo informações, já apresentou no ministério da Integração Nacional. Então, serão R\$ 20 milhões que o governo estará encaminhando - R\$ 10 milhões já liberados e R\$ 10 milhões para liberar.

Além disso, há uma notícia importante sobre o Pronaf. Já temos em torno de R\$ 20 milhões para o pagamento de indenização aos agricultores, como pagamento de prêmio para quem perdeu a sua safra, mas também de quitação da dívida no banco para quem perdeu a sua produção. São mais de dez mil laudos, com três mil laudos já aprovados, para que o agricultor receba esse benefício.

Além disso, outros investimentos importantes estão sendo feitos. Teremos para amanhã ou depois a liberação de 50 mil toneladas de milho pela Conab, ao preço de R\$ 21,00. Já foram liberadas mais de cinco mil toneladas para mil agricultores. São ações que o governo federal está fazendo em Santa Catarina, relacionadas à ajuda aos agricultores pela estiagem.

Continuaremos cobrando a participação do estado e vamos amanhã discutir mais recursos do governo federal. Temos a perspectiva da liberação de mais R\$ 10 milhões para a compra de equipamentos para as prefeituras. Além do que já foi liberado para máquinas e retroescavadeiras para os municípios, temos mais R\$ 10 milhões para apoiar os municípios para a prevenção, para garantir o fornecimento de água. Talvez não para este ano, mas para as próximas estiagens que porventura possam acontecer.

São ações políticas que estão sendo desenvolvidas e vamos continuar insistindo para que o governo do estado invista mais recursos em programas de prevenção à estiagem, porque achamos que o estado investiu muito pouco. Enquanto o Rio Grande do Sul anistiou totalmente o Troca Troca, com uma política de renda anunciada de R\$ 45

milhões, aqui poucos recursos do estado foram investidos.

Então, faremos um pedido de informação para saber de fato quanto o estado de Santa Catarina investiu no apoio aos agricultores atingidos pela estiagem no oeste catarinense.

Muito obrigado

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero registrar a visita nesta Casa dos alunos do Centro Educacional Ricardo Marchi, de Rio do Sul, juntamente com a diretora Erondina, com as professoras Meri Adriana, Raquel Constante, Marita Córdova, Mariane Regina, Rosangela Ribeiro, Eliane da Costa, Simone Chaves, Maria Jucélia e Marilene Rizzi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, quero saudar todos os que nos acompanham, os estudantes e as professoras de Rio do Sul, que vêm conhecer o funcionamento da nossa Assembleia Legislativa.

Sras. deputados, acompanhei atentamente o pronunciamento do deputado Ismael dos Santos, a sua preocupação na questão das drogas. Isso é muito importante, porque as drogas são realmente o mal do século, a maconha, a cocaína, as sintéticas e principalmente o *crack*.

Recebemos um convite da administração de Içara para, no próximo dia 11 de maio, comparecer ao lançamento da campanha Içara Contra as Drogas - Crack, não experimente. Vemos assim a importância do trabalho realizado pelos municípios também no combate às drogas.

Falava aqui o deputado Ismael dos Santos, já numa homenagem às mães, da preocupação, da importância que as mães têm na orientação dos

filhos, pois até em famílias totalmente estruturadas, com uma educação saudável, acaba aparecendo o problema das drogas. Encontrei muito isso na minha atividade profissional, como delegado de polícia, e alguns casos me chamaram a atenção, como o de um casal que vivia em perfeita harmonia. O pai era um empresário exemplar, educado, cuidadoso com os filhos, a mãe da mesma maneira, participava da associação de senhoras, era ministra da igreja, mas os três filhos do casal acabaram indo para o caminho das drogas.

Então, percebe-se que mesmo com uma educação saudável, religiosa, de princípios, às vezes temos esse problema. Entendo que isso acontece pelas companhias, pelo meio no qual os jovens às vezes se inserem socialmente. Naquele caso, lembro que dois filhos conseguiram livrar-se do mal, mas uma menina de 21 anos, depois de completamente dominada pelas drogas, acabou suicidando-se.

Enfrentar o problema das drogas é dever e responsabilidade de todos. Feliz da família que não tem nenhum problema de drogas, seja com o álcool ou com as demais drogas, todas muito devastadoras. O álcool também é uma droga que causa graves problemas para a sociedade, para a família, porque desestrutura todas as relações.

Mas temos, sr. presidente, algumas notícias boas com referência ao nosso estado, principalmente na área da segurança pública.

Ontem, no jornal *Notícias do Dia*, acompanhei duas matérias, claro que não com o destaque de quando ocorre um fato grave, mas duas notícias importantes: a atuação da DIC, Divisão de Investigação Criminal, e do COP, de Itajaí, na prisão de um homicida após cinco meses de investigação.

Na verdade, tratava-se de um trio de alta periculosidade que matou duas pessoas, feriu terceiros, inclusive uma senhora que estava com um nenê no colo e foi vítima de disparos desses assassinos. Dois deles já haviam sido presos anteriormente pela Divisão de Investigação Criminal de Itajaí, e agora o último integrante também foi preso.

Essa notícia saiu numa parte de pouco destaque do jornal, mostrando que muitas vezes a população não acompanha, porque passado o momento do evento, alguns meses depois, a Polícia faz a prisão, o que é importante, mas a sociedade não toma conhecimento.

No mesmo jornal aparece que Santa Catarina é o 23º na lista de mortes de mulheres, quer dizer, estamos quase no final da relação dos estados, isso até 2010. Temos que trabalhar para não aumentar ou até diminuir esse índice de crimes envolvendo mulheres.

Santa Catarina está na 23ª posição: em cada grupo de 100 mil mulheres catarinenses, 3,6 foram assassinadas em 2010. Florianópolis, segundo o estudo, aparece em 22º lugar na lista das capitais, com 3,5, abaixo de Lages, cidade com maior número de homicídios de mulheres, com a média de 14,9.

A grande maioria das ocorrências contra as mulheres no país, 68,8%, acontece em casa. O agressor mais comum é o cônjuge, 27,1%; amigos ou conhecidos aparecem em segundo lugar, 16,2%; e desconhecidos aparecem em terceiro, 13,8%.

O meio mais usado para matar é a arma de fogo. O mapa mostra que 53,9% das mulheres assassinadas em 2010 morreram dessa forma, sendo a segunda maneira com armas brancas.

Outro assunto que havia preparado para abordar é a questão da PEC dos bombeiros. Vamos buscar nas comissões desta Casa o consenso. Tenho todos os expedientes encaminhados por entidades, por associações comerciais, como a de Itajaí, de São Miguel d'Oeste, de Jaraguá do Sul, de Videira, enfim, todo o estado está mobilizado acreditando na capacidade de negociação, de entendimento da Assembleia Legislativa, para que esse assunto seja resolvido e que a cobrança das taxas pelas unidades de voluntários e militares fique devidamente regulamentada.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero registrar a presença neste Parlamento do sr. Marco Antônio dos Santos, diretor da Farsul, do sr. Benício Albano Werner, presidente da Afubra, e do sr. Marcílio Laurindo Drescher, tesoureiro da Afubra, os quais estão aqui desde ontem discutindo com a Fetaesc um tema de extrema importância para a pequena propriedade rural, para o nosso pequeno agricultor, sobre a situação do fumicultor de nosso país, com encaminhamentos para o ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Mauro de Nadal. Está feito o seu registro e damos as boas-vindas aos senhores mencionados.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero anunciar a presença dos vereadores Marcos Simão Eyng, Aparecida de Fátima Capistrano Garlini, Antônio Carlos Contezini e de inúmeras autoridades de Rio do Campo. Eles trazem pedidos da revitalização da rodovia que vai de Passo Manso a Rio do Campo.

Quero também saudar a vereadora Lialda Lemos Elizandro, que veio em nome da Associação Comunitária Santa Terezinha trazer inúmeras reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Vou dividir o meu tempo com a deputada Luciane Carminatti, deputado Moacir Sopelsa.

Neste horário do partido quero ressaltar o nível de investimentos neste país com o ProUni. O valor que foi divulgado ontem diz respeito às universidades particulares que deixarão de pagar R\$ 1 bilhão de impostos neste ano. Essa renúncia fiscal do estado refere-se às universidades privadas que ofertarem bolsas de estudos para alunos de escolas públicas.

O governo federal com essa iniciativa abre a perspectiva de os estudantes de escolas públicas terem acesso às universidades com bolsas de estudo. Essas universidades estarão automaticamente retirando do seu pagamento de Imposto de Renda os recursos para investir em bolsas de estudos.

Isso é extremamente importante num país que hoje tem deficiência de engenheiros, de geólogos, de profissionais de infraestrutura, de engenharia de produção, de prospecção de petróleo etc.

Essa iniciativa do governo mostra claramente que é mais um passo que o governo federal dá na construção de uma política educacional brasileira, na amplitude que este país precisa ter de formação de profissionais qualificados, através das universidades não apenas públicas que estão sendo ampliadas de forma magnífica, mas também através das escolas privadas, universidades que pouco têm ofertado.

Eu iria falar também sobre a política de juros, mas vou deixar o resto do tempo para a deputada Luciane Carminatti.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado ao PT, com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero agradecer primeiramente o cavalheirismo do deputado Jailson Lima.

Sr. presidente e srs. deputados, registro, representando o Partido dos Trabalhadores, a

inovação que representa a Lei de Acesso à Informação Pública, que foi sancionada em novembro de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff e que a partir do próximo dia 18 de maio deverá ser implementada nas três esferas de governo, em todas as fundações, autarquias, empresas de economia mista, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta e indiretamente pela união, estados, municípios e distrito federal.

Essa lei permite que qualquer cidadão possa obter informações de órgãos públicos, delimitando prazos e procedimentos de resposta. A proposta prevê a obrigação de os órgãos públicos e entidades ligadas ao governo tornarem disponíveis todas as suas informações de forma acessível para leigos, em formato eletrônico. Os dados não divulgados poderão ser requeridos por qualquer cidadão e fornecidos no prazo máximo de 20 dias.

Quero destacar que essa lei está de acordo com a própria Constituição, que garante, no seu art. 37, inciso II, que o acesso dos usuários a registros administrativos e informações sobre atos do governo está assegurado e que à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental para que possa haver o acesso a todos os cidadãos. O inciso XXXIII, do art. 5º diz que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou do interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade, do estado.

No entanto, as informações que os brasileiros necessitam para compreender tanto a execução orçamentária, como as informações sobre o governo, devem ser apresentadas ao cidadão em 20 dias.

Quero fazer o registro de que nesta Casa temos aprovado vários requerimentos solicitando informações do governo do estado. E cito apenas quatro requerimentos que aprovamos e que são fundamentais para podermos compreender onde estão sendo aplicados os recursos e a possível má aplicação deles, pois é nosso papel fiscalizar.

Solicitamos, através de um requerimento, em 29 de fevereiro deste ano, ao governo do estado e à secretaria da Casa Civil que informasse sobre os impostos que compõem a base de cálculo para os recursos a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do sistema de ensino. Até hoje, sr. presidente, não recebemos resposta.

O segundo requerimento solicita ao secretário da Fazenda informações sobre o índice de participação dos municípios, nominando as suas respectivas associações, no produto da arrecadação do ICMS, de 1990 a 2010. Também até hoje não recebemos as informações solicitadas.

Outro requerimento, de 21 de março, solicitou informações aos secretários da Agricultura e da Defesa Civil sobre o plano de trabalho apresentado pelo governo do estado para a liberação de recursos financeiros do governo federal destinados às ações assistenciais e de emergência, no combate aos efeitos da estiagem e da prevenção contra a falta de chuva nos municípios.

Recebemos a informação, no dia 18 de abril, de que não é sua prerrogativa fornecer tais documentos e informações.

Outro requerimento datado de 6 de outubro solicita informações ao governo do estado sobre os eventos organizados pelas prefeituras e pelas entidades de direito privado que receberam recursos financeiros do governo do estado de janeiro a outubro de 2011. Nenhuma resposta!

Digo ainda que não precisaríamos ter uma lei que imputasse responsabilidade às autoridades que não fornecessem as informações solicitadas. Quando o gestor trabalha de forma séria, honesta, sem dever nada a ninguém, por que não responde o que é solicitado? Se não tem nada a esconder, que responda às perguntas que lhe são feitas.

Então, essa lei, que deve ser implementada pelos gestores municipais, estaduais e federais, vem justamente garantir que todo cidadão brasileiro receba, no prazo de 20 dias a contar da ciência do requerimento solicitado, a resposta ao seu pedido. Vamos exigir o cumprimento dessa lei em Santa Catarina!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero cumprimentar em seu nome todos os demais deputados e deputadas que estão no plenário.

Registro a presença de José Dedé De Luca, suplente de vereador do município de Içara, de Rodrigo Gonçalves, presidente da Juventude Progressista de Içara, juntamente com Marcel Lodeti, o Tuca, vice-presidente do diretório, que estão-nos visitando e tratando de assuntos de interesse daquela querida cidade.

(Passa a ler.)

"Nesta tarde quero ressaltar o pioneirismo do Centro Universitário Barriga-Verde, Unibave, em Cocal do Sul, que baseado no fato de Santa Catarina possuir um importante polo cerâmico, sendo líder nacional na produção de cerâmica para revestimento e o segundo em exportação, demonstrou sua preocupação com o desenvolvimento regional implantando o curso de Engenharia Cerâmica, único curso nessa categoria na América Latina, dada a importância que a cerâmica tem para a economia de Santa Catarina e do Brasil.

Tal iniciativa vem ao encontro da necessidade regional, sendo que o nosso estado tem na região sul a maior concentração de indústrias, empregando mais de 18 mil trabalhadores.

O setor é responsável por 1,6% das exportações do estado, ou seja, próximo a US\$ 126 milhões, mesmo num período de dificuldades para exportação. Graças à tecnologia e à competência da indústria cerâmica do sul do estado, as nossas exportações têm-se mantido, mas poderiam ser maiores se tivéssemos o apoio e políticas públicas voltadas ao incentivo das exportações do nosso produto.

Nesse contexto, a Unibave tem desenhado a estrutura de seus cursos sempre respeitando as

especificidades e necessidades de sua área de abrangência.

A Unibave merece os nossos cumprimentos, o nosso reconhecimento, porque tem escolhido seus cursos universitários em função das demandas regionais. Foi assim que criou o curso de Engenharia Cêramica, que tem proporcionado para o setor na região sul um polo de pesquisa, desenvolvimento e formação de mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento desse setor.

Devemos ressaltar o compromisso institucional, bem como cumprimentar o reitor Celso, o atual reitor em exercício, Valmir Bratti, toda o corpo docente, os parceiros e a comunidade que pretendem transformar o *campus* da Unibave de Cocal do Sul em referência em qualidade de ensino, formando pessoas e construindo valores, auxiliando no crescimento e desenvolvimento sustentável da nossa região, sendo motivo de orgulho para todo estado de Santa Catarina por esse pioneirismo.

O curso de Engenharia Cêramica teve início em 2007, preenchendo uma lacuna existente na formação de profissionais qualificados com competência para atuar no mercado de cerâmicas tradicionais, avançadas e no desenvolvimento de pesquisas científicas, buscando suprir as necessidades regionais e nacionais do setor cerâmico. Setor este em constante crescimento, que teve somente na região de Criciúma um faturamento de R\$ 3,2 bilhões em 2011, que com a qualificação de profissionais formados pela Unibave irá assegurar novas tecnologias de produção, tratamento e transformação da matéria-prima, de forma a assegurar maior competitividade do produto catarinense no mercado nacional e internacional.

Assim, quero cumprimentar a Unibave, todo o corpo docente, seus funcionários e os acadêmicos pelos trabalhos, estudos e pelos esforços empreendidos e desenvolvidos à frente do curso de Engenharia."

Todo estado de Santa Catarina tem vibrado com tais iniciativas e conquistas, posto que o curso, além de garantir o conhecimento técnico para os graduandos, leva a região ao crescimento e ao

desenvolvimento, com geração de novas oportunidades de emprego e renda, atendendo por fim ao princípio da vida acadêmica, que só tem sentido se as habilidades e os conhecimentos técnicos adquiridos ao longo curso também servirem para trabalhar em favor da sociedade em geral, da comunidade local e na consolidação da humanização das relações profissionais e humanas.

Quero cumprimentar a primeira turma de formandos do último mês de abril, bem como a coordenadora do curso, professora Karina Donadel. Através dela quero cumprimentar todos os estudantes do curso de Engenharia Cerâmica, pela primeira turma formada, que já está ocupando o mercado de trabalho, pois é um curso diferenciado.

É preciso dizer também que é um curso de dez fases, sendo que a nona fase é realizada em Portugal, um país em que a qualidade da cerâmica é a mais desenvolvida do mundo. A Unibave proporciona aos estudantes do curso de Engenharia Cerâmica a possibilidade de realizarem a nona fase em outro país, agregando mais conhecimento, universalizando a educação e trazendo para cá tecnologias empregadas em países líderes no setor."

Quero parabenizar a Unibave e todo o seu corpo docente por essa iniciativa e por essa conquista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo oradores do partido que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do partido que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

"Sr. presidente e colegas parlamentares, minha saudação a todos que nos acompanham nesta Casa pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Nos últimos dias, a administração pública de Santa Catarina passou a ter como tema central os possíveis efeitos que a aprovação pelo Senado do Projeto de Resolução n. 72 terão na economia do estado.

Os números são todos elevados, embora haja discordância entre os pontos de vista mais pessimistas ou otimistas. Mas há, de qualquer modo, a certeza de que vamos perder arrecadação num período em que cada vez mais a economia, o setor produtivo tem influência direta sobre as ações que o estado precisa promover em favor do bem-estar da população, quer seja na educação, na saúde, na segurança pública ou em outras frentes de atuação do governo.

Exatamente por isso as principais lideranças políticas e empresariais, preocupadas com o destino de Santa Catarina, com o progresso de nossa gente, com a melhoria da qualidade de vida, vêm cada vez mais dedicando atenção à construção de alternativas capazes de compensar as perdas prováveis que o estado terá a partir de 2013, quando o novo padrão unificado de tributação alfandegária reduzirá as operações nos nossos portos.

Srs. parlamentares e você que no assiste, a única ação desenhada pelo governo federal como possível compensação para Santa Catarina é a abertura de linhas de financiamento. Mas quando esse tipo de situação se transfere para o plano familiar, é mais ou menos como dizer a um pai de família que perdeu o emprego que para compensar o salário que vai-lhe fazer falta no final do mês, ser-lhe-á oferecido um empréstimo.

Ora, quem toma dinheiro emprestado tem que pagar mais cedo ou mais tarde. E assim, embora se resolva uma situação emergencial, é certo que aquele pai de família terá que buscar outras soluções para reconquistar um rendimento capaz de suprir as necessidades de sua família e ainda

cobrir a prestação daquilo que tomou emprestado. Ou seja, transferindo esse quadro para o estado, se vamos perder aproximadamente R\$ 1 bilhão ou mais em arrecadação futura e se o governo federal acena com a possibilidade de abrir linhas de crédito, é certo que este poderá lançar mão de recursos como forma emergencial de compensar perdas, mas terá que ter muita habilidade e sabedoria para investir bem, de forma a alavancar a nossa economia, fazer o estado crescer e gerar riqueza, o que irá promover o aumento da arrecadação e, por consequência, numa linha lógica, garantir recursos para o pagamento futuro daquilo que for tomado por empréstimo, seja com o BNDES, com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica ou mesmo com qualquer instituição de fomento externo.

Além disso, quando falamos em estado devemos ter plena consciência da importância de Santa Catarina para o Brasil, da pujança histórica de nossa economia e ter claro que a união também está devendo aos catarinenses e devendo muito, pois há tempo se fala em investir na infraestrutura, em melhoria de estradas e na recuperação de ferrovias, mas o que vemos é o sufoco diário da BR-470 e da BR-280, trilhos enferrujando no planalto norte e até mesmo a duplicação da BR-101, que se arrasta, pois já deveria estar pronta em 2008, mas hoje já se fala que só estará concluída em 2015.

E de promessa em promessa, de aditivo em aditivo, vamos contando casos, mas a vida segue e os catarinenses esperam, esperam e já não sabem se podem ou não acreditar no que é prometido pelo governo federal.

De nossa parte, a administração estadual formou um grupo de trabalho para formatar propostas a partir de uma ampla avaliação de como a nossa economia será afetada com as novas regras tributárias ditadas pela união. É certo que será preciso fortalecer setores como os de logística e comércio exterior, além das indústrias que hoje se beneficiam da importação de matéria-prima para produzir conteúdo manufaturado mais competitivo de

modo a que a economia de Santa Catarina tenha o mínimo de perdas.

O estado também planeja um conjunto de ações para melhorar as condições de infraestrutura. E como os maiores gargalos sempre citados são a necessidade de duplicação da BR-280 e da BR-470, o governador Raimundo Colombo chegou a adiantar a disposição do estado em realizar a duplicação da BR-470, garantindo a agilidade da obra em sua execução e fiscalização, ficando o custeio para o governo federal.

Precisamos azeitar nossos corredores de exportação, dar condições para nossas empresas produzirem mais e escoarem sua produção. Aí também entram questões como necessidade de adequação à nova realidade de regimes tributários hoje vigentes para o comércio exterior, a fim de garantir segurança jurídica, tratamento isonômico e estímulo ao investimento na transformação de produtos intermediários.

Precisamos também da redução de custos de logística que envolvam a maior eficiência dos portos e a recuperação e expansão de nossa malha ferroviária.

Nesse sentido, quando falamos em nossas ferrovias, há de novo motivos suficientes para cobrar da união apoio e eficiência no que diz respeito aos interesses de Santa Catarina. Fala-se muito numa ferrovia do frango ligando o oeste ao litoral, mas as coisas vão devagar, ficam em estudos e, quando muito, no anúncio de projetos. De prático, falta o pulso firme para cobrar da concessionária que explora nossos trilhos a recuperação da malha já existente.

Vejam, sras. e srs. deputados, que no Plano Nacional de Logística e Transportes desenvolvido pelo ministério dos Transportes estão anunciados R\$ 12 bilhões em novos investimentos na infraestrutura de logística de Santa Catarina até 2022. No entanto, para o ano em curso, na ferrovia do Contestado, isso na parte que ainda está operante, ou seja, no ramal de Mafra até o porto de São Francisco do Sul, há previsão de um gasto para este ano de R\$ 902 mil. Isso é um verdadeiro

absurdo. São R\$ 902 mil para um trecho de 469 km. Ou seja, não chega a R\$ 2 mil por quilômetro para manter uma ferrovia. Será que vai pagar uma roçada?

Essas informações foram divulgadas em recente edição do jornal *O Planalto*, de Canoinhas, que é a minha cidade e onde há um forte sentimento de cobrança pelo abandono da nossa ferrovia. Lá vemos a ferrovia do Contestado em total abandono, como acontece em muitos outros municípios do planalto norte. Sabemos que a recuperação daquela ferrovia poderá alavancar a economia, dar impulso para o escoamento da safra agrícola, reduzir custos para a instalação de indústrias, enfim, promover o desenvolvimento.

Aproveito ainda para recuperar uma proposta que sempre foi nossa, mas há poucos dias, na coluna da jornalista Estela Benetti, no *Diário Catarinense*, teve o endosso do conselheiro do Instituto Euvaldo Lodi, sr. José Suppi, da Federação das Indústrias de Santa Catarina, que defende a recuperação da ferrovia do Contestado, para que sua malha seja conectada entre Joaçaba e Ponte Alta, abrindo rumo para uma ligação com o oeste bem mais fácil do que a construção de uma ferrovia totalmente nova.

Vejam que é uma ligação de 70 km, somada à recuperação de uma ferrovia já existente, embora em péssimo estado, para abrir caminho para os trilhos no rumo de Chapecó, indo adiante para a Argentina e criando também perspectivas para ligar o oeste ao centro-oeste do país, de onde vem soja e milho para as nossas agroindústrias. É uma solução inteligente, que também irá favorecer o planalto norte, cidades como Porto União e Canoinhas e toda a comunidade da região.

Por isso, senhoras e senhores, é que não cansamos de cobrar a recuperação de nossa malha ferroviária, pedir mais investimentos na infraestrutura do estado para que a nossa economia possa crescer ainda mais e compensar os percalços que virão em 2013 com a perda de arrecadação imposta pelo Projeto de Resolução n. 72, transformado na Resolução n. 13.

Espero que isso ainda aconteça num tempo razoável para que não acumulemos grandes prejuízos ao estado."

Gostaria de me reportar ainda à ALL que, além de não investir na ferrovia do Contestado, está vilipendiando-a, trocando os trilhos bons que ainda existem por trilhos ruins, desgastados, fazendo com que haja um sucateamento.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Antônio Aguiar, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e pela defesa do desenvolvimento do planalto norte catarinense, uma região importantíssima, representada muito bem por v.exa.

Gostaria ainda de me irmanar a v.exa. com relação à Resolução n. 72 e quero demonstrar aqui a minha insatisfação com essa resolução que foi aprovada sob pressão do governo federal, retirando de Santa Catarina recursos importantes, não do estado de Santa Catarina, mas do povo catarinense, retirando empregos da nossa gente sem dar-nos a chance de nos adaptar a uma nova realidade.

Isso comprova, mais uma vez, independentemente de quem esteja no governo federal, que não temos uma federação no Brasil, que os estados e os municípios não são respeitados na sua autonomia, que o governo federal faz o que quer, como fez na questão dos portos, da Emenda 29, e faz com os municípios diariamente utilizando os demais entes da federação de acordo com a sua vontade.

Por isso quero aqui cumprimentar v.exa. por abordar um assunto muito importante para todos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria também de me reportar à grande liberação de recursos na área da saúde pelo governo estadual, com a presença do governador João Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira e do secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira. Foram destinados mais de R\$ 5° milhões a diversos municípios do planalto norte.

Queremos agradecer ao governo do estado de Santa Catarina por olhar a saúde de maneira

diferente, fazendo com que sejam contemplados principalmente com equipamentos médicos os nossos hospitais, para poderem melhor atender à nossa população.

O que foi falado hoje nos enche de esperança. A ideia de Pinho Moreira de construir centros regionais de saúde é muito boa. Vamos fazer com que esses centros desafoguem os hospitais e façam o trabalho de medicina do dia a dia.

Parabéns ao nosso governador e ao secretário da Saúde!

Gostaria ainda de parabenizar o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que mudou a nossa visão de educação com sua ação transparente e dedicada, fazendo com que os municípios e as regionais recebam o apoio necessário.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha na Assembleia Legislativa e também pela TVAL e Rádio Alesc Digital, agradeço às lideranças dos partidos pelo acordo e a inclusão na pauta de votação de hoje o projeto que cria regiões metropolitanas no estado de Santa Catarina. Esse projeto veio do governador Raimundo Colombo e atende às expectativas de 94 municípios do nosso estado que estavam excluídos das RM.

Hoje recebi de um cidadão do município de São Miguel d'Oeste um e-mail perguntando quando esse projeto será aprovado, porque ele comprou um terreno e quer construir uma casa, mas por estar fora da previsão das regiões metropolitanas o limite habitacional de financiamento do Minha Casa, Minha Vida é de R\$ 80 mil, mas passando à região metropolitana, o limite subirá para R\$ 130 mil.

Temos 94 municípios excluídos, principalmente na região oeste, na região do Contestado, na região de Videira e do vale do rio do Peixe até Joaçaba. Com a votação desse projeto corrige-se esse tratamento diferenciado que a legislação dá e, por consequência, benefícios do governo federal, benefícios em várias áreas.

Também quero aproveitar para fazer um alerta à população: hoje é o último dia para quem quer tirar, transferir, renovar, fazer segunda via do título de eleitor. Então, por direito e pela cidadania é importante que as pessoas até as 19h ainda procurem o cartório eleitoral mais próximo da sua residência para fazer a regularização do seu título.

Ouvi pela rádio alguém entrevistando eleitores que estavam nas filas para conseguir, renovar ou fazer a transferência do título. E um jovem disse que iria tirar o título não porque queria votar, mas porque queria fazer o passaporte.

Então, vemos que o sentimento de cidadania, de vontade de participar, de mudar este país, muitas vezes fica tolhido. E temos como obrigação mobilizar a sociedade para acreditar, para ver que há esperança, que tem que haver mudanças, pois existe corrupção em todos os setores; temos corrupção em todos os níveis de governo, mas quanto mais os bons se omitirem mais fácil vai ficar para que os maus continuem agindo de forma errada.

O PSD, na última semana, no município de Balneário Camboriú, mobilizou-se para as próximas eleições, fez um grande encontro de filiações, coordenado por Dão Koeddermann, que certamente será o nosso candidato a prefeito de Balneário Camboriú. Também estava presente Claudinei Loss, que deverá ser o candidato no município de Camboriú, além do deputado federal Paulinho Bornhausen e outras lideranças regionais.

Foi uma mobilização de motivação de filiação, de cidadania, buscando fazer que a democracia cada vez mais avance em nosso país.

Recebi um calendário eleitoral para 2012, com a Resolução n. 23.341, do Superior Tribunal

Eleitoral, encaminhada pelo senador Casildo Maldaner, e até faço questão de ler a apresentação, pois é mais uma forma de mobilizar o cidadão, os políticos e aqueles que querem ingressar na vida pública.

(Passa a ler.)

"Este ano o Brasil viverá, mais uma vez, o grande espetáculo da democracia. Nossos eleitores decidirão nas urnas seus representantes para as Prefeituras e Câmaras de Vereadores de todo o país. Somente através desse exercício de cidadania, direito conquistado como muita luta, é possível construir o nosso futuro. Serão milhares de candidatos para os cargos no Executivo e no Legislativo municipal.

Para auxiliar esse processo, o Tribunal Superior Eleitoral publicou a Resolução n. 23.341, de 2011, que estabelece o calendário eleitoral de 2012. De maneira clara o calendário aborda todas as etapas do processo eleitoral, suas regras, datas, limites e outras questões que normalmente causam dúvidas na maioria das vezes por falta de informação.

Além de valioso instrumento para candidatos a cargos eletivos e partidos políticos, o calendário eleitoral configura-se ferramenta para que a sociedade conheça mais profundamente o processo e as regras que regem as escolhas de seus representantes.

Essa atitude cidadã contribui para o aprimoramento da democracia brasileira, pautada pela ética e pela transparência."[sic]

Palavras de apresentação do senador Casildo Maldaner.

O calendário que já vem com as datas, desde 7 de outubro de 2011, prazo para filiação daqueles que pretendiam disputar as eleições. Maio tem duas datas importantes no calendário eleitoral: 9 de maio, que é o último dia para o eleitor requerer a inscrição eleitoral ou transferência de domicílio, último dia para o eleitor que mudou de residência dentro do município pedir alteração do seu título eleitoral de uma seção para outra, último dia para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida

solicitar sua transferência para a seção eleitoral especial, de acordo com a resolução, com o art. 91 da Lei n. 9.504, de 1997, e com o art. 2º da Resolução n. 21.008, de 2002. O outro dia é 26, data a partir da qual é permitido ao postulante à candidatura a cargo eletivo realizar propaganda intrapartidária, com vistas à indicação do seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e *outdoor*, observado o prazo de 15 dias que antecede a data definida pelo partido para a escolha dos candidatos.

Como o prazo das convenções partidárias começa no dia 10 de junho, sendo que 5 de junho é o último dia para a Justiça Eleitoral enviar aos partidos políticos, na respectiva circunscrição, a relação de todos os devedores de multa eleitoral, a qual embasará a expedição de certidões de quitação eleitoral.

Dia 10 de junho, como já falei, é o prazo a partir do qual é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador; data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e televisão transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção; data a partir da qual os feitos eleitorais terão prioridade para a participação no Ministério Público e dos juízes de todas as Justiças e instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança.

Dia 30 de junho é o último dia para a realização de convenções e 5 de julho, uma quinta-feira, é o último dia para os partidos políticos e coligações apresentarem no cartório eleitoral competente, até as 19h, o requerimento de registro de candidatos a prefeito, a vice e a vereador.

Então, a Resolução n. 23.341 traz todo o regramento para as eleições deste ano e é importante que os interessados, os candidatos e os partidos tenham pleno conhecimento desse calendário e orientações e que os candidatos e o próprio cidadão estejam informados, deputado Ismael dos Santos, sobre essas datas, até porque algumas irregularidades ocorrem não por dolo, não

por má-fé, mas por desconhecimento da legislação e de acompanhar essa situação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, primeiramente quero dar as boas-vindas ao deputado Daniel Tozzo, que regressou à Casa e faz parte do PSDB.

Antes de iniciar minha fala, quero desejar que o filho da deputada federal Luci Choinacki tenha um pronto restabelecimento do acidente que sofreu há dois dias, com traumatismo craniano. Um grande abraço e os votos de uma pronta recuperação ao filho daquela brilhante deputada.

A todo momento nos deparamos com um acréscimo, diria até assustador, da bandidagem que campeia não somente na região da Grande Florianópolis, mas em toda Santa Catarina e em todo o país.

É uma preocupação muito grande especialmente porque o grande problema é que não há aumento do contingente de policiais. Quando se pensa em termos de segurança, o primeiro pensamento que vem é o aumento do contingente de policiais, que poderia resolver o problema em curto prazo, mas em médio e longo prazo não resolve, e sabemos disso.

Não temos policiais e não estamos conseguindo aumentar o número deles na mesma proporção em que aumenta o número de bandidos, essa que é a verdade. Não conseguimos aumentar as nossas ruas, nossos perímetros urbanos, na mesma proporção em que aumenta também o número de carros, por isso estamos vendo o caos no trânsito. Não estamos conseguindo aumentar o número de escolas na mesma proporção em que aumenta o número de alunos. Não estamos conseguindo ou duplicar o número de estradas deste país na mesma proporção em que temos o seu desenvolvimento. Não estamos conseguindo aumentar os nossos aeroportos na mesma

proporção em que aumentam os passageiros. Não estamos conseguindo aumentar o número de hospitais na mesma proporção em que aumentam também os acidentados e os doentes. É incrível, mas é verdade! É isso que está acontecendo. Essa é a realidade que vivenciamos.

Falta tudo isso que falei aos senhores: policiais na mesma proporção de bandidos, ruas na mesma proporção de carros, escolas na mesma proporção de alunos, estradas na mesma proporção do desenvolvimento, aeroportos na mesma proporção de passageiros, hospitais na mesma proporção de enfermos. Por outro lado, temos secretarias regionais demais para o tamanho do nosso estado. Esta é a verdade, a grande verdade! Temos secretarias demais para o tamanho do nosso estado! O sensato seria termos, no máximo, 21 SDRs bem estruturadas, bem organizadas, uma em cada região.

Temos também, srs. deputados, e não podemos tapar o sol com a peneira, deputados demais, temos deputados federais demais, temos senadores demais, temos vereadores demais. Essa é a grande verdade. Se formos olhar com sensatez a realidade deste país, veremos que com um número bem menor de parlamentares continuaríamos vivendo muito bem.

Então, o que estou querendo mostrar aos senhores é um paralelo. Se por um lado faltam condições para dar uma estrutura melhor para este país em segurança, em saúde, em educação, por outro lado está sobrando estrutura no Poder Legislativo e no Poder Executivo. Essa é a grande verdade!

Gostaria de ir um pouco mais além nessa reflexão, mas numa próxima oportunidade voltarei ao assunto.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Neste momento, os deputados estão reunidos na comissão de Constituição e Justiça. Sendo assim, vamos suspender a sessão até que o horário da Ordem do Dia.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Levando em conta o adiantado da hora, vamos deliberar apenas o Projeto de Lei n. 0032/2012, que acabou de ser aprovado nas comissões de mérito e que está pronto para ser votado com emendas.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria de pedir o destaque da votação da emenda referente a esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. pode fazer o destaque na forma regimental, com a assinatura de quatro deputados.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Como esta é uma Casa democrática, gostaria de pedir o apoio da assessoria para rapidamente formular o requerimento para que eu possa coletar as assinaturas dos parlamentares que se colocarem à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vai ser feito isso, até porque o projeto está sendo incluído na pauta com a concordância de todos os srs. líderes. Por se tratar de matéria recém-aprovada na comissão de Justiça, há todas as condições para que isso seja feito. Assim, vamos suspender a sessão por até cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Vamos, preliminarmente, à discussão do projeto. Vamos discutir o requerimento assinado, na forma regimental, por quatro srs. líderes, encaminhado pelo deputado Jean Kuhlmann, que destaca a emenda que retira recurso das enchentes e transfere-os para o combate às consequências da estiagem.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, apenas desejo fazer um questionamento.

No momento da discussão na comissão de Constituição e Justiça, o eminente deputado José Nei Ascari apresentou ao projeto uma subemenda solicitando a unificação dos itens constantes do anexo apresentado na emenda da comissão de Finanças e Tributação. Essa subemenda diz que os dois valores estariam englobados e a descrição seria para prevenção de cheias e secas. Essa é a subemenda do deputado José Nei Ascari. Como ela foi feita de forma verbal, sr. presidente, foi rejeitada pelo relator na comissão de Constituição e Justiça.

Assim, consulto a Casa sobre a possibilidade de colocarmos em votação a subemenda apresentada pelo eminente deputado José Nei Ascari na comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Jean Kuhlmann, em primeiro lugar, do projeto que veio para cá não constava a destinação efetiva dos recursos. O que houve foi uma emenda carimbando a aplicação dos recursos.

A emenda do deputado José Nei Ascari foi uma emenda verbal. O Regimento não permite destaque de emenda verbal. Então, do ponto de vista regimental, não há como essa emenda, que entendo meritória, ser trazida a plenário neste momento. Há, sim, o destaque feito por v.exa., que foi rejeitado. A outra é verbal, apenas poderia ser aprovada na comissão e nesse caso viria a plenário. Mas, regimentalmente, não cabe trazer para plenário emenda verbal.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Está certo, sr. presidente!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero, com permissão do deputado Jean Kuhlmann, recordar aquilo que v.exa. bem destacou, ou seja, que o governador encaminhou a esta Casa um pedido de autorização para contrair um empréstimo de R\$ 611 milhões, sem especificar no que iria investir.

Na comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Marcos Vieira, o relator da matéria, deputado Gilmar Knaesel, elencou cinco grandes prioridades.

- 1ª) Infraestrutura, com a revitalização das rodovias, a melhoria dos acessos às cidades.
- 2ª) Fibras óticas, com o cabeamento para mais de 150 municípios.
- 3ª) Presídios.
- 4ª) Prevenção de enchentes, com a intenção do governador de investir aproximadamente R\$ 200 milhões no vale dos rios Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu. Os outros R\$ 300 milhões seriam oriundos do governo federal.
- 5ª) Medidas para minimizar as consequências das estiagens.

Qual catarinense que não se emocionou com as imagens da seca no estado, que talvez seja até mais grave que as enchentes que ocorrem em Botuverá, Brusque, Blumenau, alto vale?

Então, quero elogiar a iniciativa dos deputados Gilmar Knaesel e Marcos Vieira, que elencaram cinco prioridades. Agora, cabe ao governador, que tem instrumentos políticos para isto, atender ao objetivo da emenda. O governador tem instrumentos políticos para apresentar a esta Casa alguma sugestão para atender ao pedido do deputado Jean Kuhlmann, destinando os citados R\$ 200 milhões para resolver o problema das enchentes no vale do rio Itajaí.

Ao apresentar a emenda, cria-se uma situação de que quem é do vale do Itajaí-Mirim ou do Itajaí-Açu tem que aprovar, como se o governador depois não fosse atender à promessa que ele mesmo fez.

Então, deputado Jean Kuhlmann, aquilo que o governador foi fazer em Itajaí, em Blumenau, em

Rio do Sul, dizendo que investirá R\$ 200 milhões do governo do estado, parte de recursos próprios e parte de empréstimos, e que buscará mais R\$ 300 milhões do governo federal, ele cumprirá com certeza. Não é pelo fato de nesta votação faltarem R\$ 41 milhões que o governador descumprirá sua promessa.

Por isso, v.exa. pode retirar a sua emenda porque o governador Raimundo Colombo cumprirá a promessa que fez ao vale do Itajaí, porque se trata de uma prioridade do governo do estado de Santa Catarina, já que ele não quer mais presenciar o sofrimento do povo daquela região, da mesma forma que ele não quer que o povo oestino sofra com as constantes estiagens.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero ratificar as palavras do deputado Jean Kuhlmann e discordar do deputado Serafim Venzon, no sentido de que aquele não foi somente um discurso, mas, sim, um compromisso, um pacto do governo com o vale do Itajaí. E acompanhamos isso passo a passo. Está-se tirando R\$ 200 milhões de R\$ 60 milhões. E de onde vamos tirar?

Permita-me usar a alegoria, deputado Padre Pedro Baldissera, estamos despindo um santo para cobrir outro. É uma atitude equivocada e fica aqui o nosso protesto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão o destaque.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. quer falar sobre o destaque ou sobre a emenda depois?

(Deputado Jean Kuhlmann fala fora do microfone.)

Então, é só sobre o destaque, para falar sobre o projeto só depois, deputado, porque se o destaque não for aprovado, não poderá haver discussão da emenda.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Farei uma única discussão, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Até pelo adiantado da hora é uma boa providência, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Claro, sr. presidente, até em respeito aos srs. parlamentares.

Srs. deputados, vou pedir a sensibilidade de todos para que ouçam um relato.

O vale do Itajaí há 20 anos vem discutindo um projeto chamado Jica. Esse projeto foi elaborado e recentemente o governador Raimundo Colombo esteve no Japão. O projeto foi aprovado, mas o Jica disse que o Brasil não é prioridade para eles, deputado Jailson Lima, e que o governador teria que buscar recursos em outra fonte.

Então, o governador Raimundo Colombo começou a se bater para buscar recursos em outra fonte para executar o projeto Jica. Resolve, desta forma, atualizar definitivamente o Jica e criar o Plano Diretor de Prevenção de Cheias do Vale do Itajaí. Esse plano prevê obras num valor total de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão e deve levar 20 anos para ser executado.

A primeira etapa do plano diretor envolve R\$ 512 milhões, e o governador contou com a sensibilidade da presidente Dilma Rousseff, deputado Jailson Lima, que assumiu o compromisso com o estado que desse R\$ 512 milhões referentes à primeira etapa desse projeto cerca de R\$ 300 milhões viriam do governo federal. E o governador Raimundo Colombo assumiu um compromisso com a presidente Dilma dizendo que os R\$ 200 milhões para completar a primeira etapa da obra o estado garantiria.

Como o governador iria garantir esses R\$ 200 milhões? Seriam R\$ 60 milhões de recursos próprios e R\$ 140 milhões viriam de um financiamento com o BNDES. Qual financiamento? Esse que iremos votar

hoje. O governador assumiu o compromisso que R\$ 140 milhões do valor total desse financiamento seriam destinados ao projeto de prevenção de cheias do vale do Itajaí.

Neste momento estamos destacando uma emenda que foi aprovada pela comissão de Finanças e Tributação, que reduz a parte do BNDES em R\$ 40 milhões, juntando a contrapartida do estado em aproximadamente R\$ 60 milhões. Ou seja, temos que dizer agora ao secretário Geraldo Althoff qual das obras previstas na primeira etapa o secretário não vai mandar para o BNDES, qual obra prevista o governador terá que achar outra fonte para executar.

O governador assumiu um compromisso com a presidente Dilma Rousseff e, mais do que isso, os dois assumiram um compromisso com o povo do vale do Itajaí.

Então, quero pedir a sensibilidade dos srs. parlamentares no sentido de que deixem o projeto conforme o original enviado pelo governador. Nós não temos o direito de resolver um problema afetando um compromisso já assumido com o vale do Itajaí.

Entendo e sei que é prioridade a questão da seca, mas então que busquem recursos para executar o projeto relacionado à seca alterando os recursos da fibra ótica, por exemplo, mas não tirando das obras das enchentes. Discordo frontalmente disso. E por isso quero apelar à sensibilidade de todos. Queremos atender à questão da seca, mas o caminho não é cancelar uma obra relacionada a outro assunto importante como as enchentes. Temos que achar outra forma para resolver esse assunto e não gerar outro problema. Não temos esse direito porque a partir de agora, srs. parlamentares e sras. parlamentares, a população vai-nos perguntar, em Blumenau e na região, quais obras vão deixar de ser executadas com recursos do BNDES e de que forma o governador vai cumprir o seu compromisso com a população.

Dessa forma, srs. deputados, que tirem da fibra ótica, que tirem de qualquer lugar, que

tirem da mordomia dos poderes, mas não tirem recursos de quem sofre com as enchentes!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, vou usar apenas dois minutos de todo o tempo que disponho para ser bem rápido e didático.

O projeto que está nesta Casa, sr. presidente, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...] autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - no montante de R\$ 611 milhões para atender ao programa *Caminhos do Desenvolvimento* [...]"

Sr. presidente, até a aprovação do presente projeto de lei na comissão de Constituição e Justiça não se sabia em quais áreas seriam aplicados esses recursos. Foi o eminente deputado Gilmar Knaesel, relator da matéria, juntamente com outros deputados, que se dirigiu à secretaria de estado da Fazenda e lá soube em quais áreas seriam aplicados os recursos, entre elas o programa *Caminhos de Prevenção de Desastres Climáticos*. Não falava em secas nem em cheias. Como Santa Catarina vive esses dois fenômenos constantemente e anualmente, esta Casa Legislativa está dando condições ao chefe do Poder Executivo de Santa Catarina de, num ato histórico, iniciar dois extraordinários programas. Um deles alocando R\$ 133 milhões para o combate às cheias e outro, no valor de R\$ 60 milhões, no combate às secas.

A comissão de Finanças não tirou dinheiro de ninguém, a comissão de Finanças é que estabeleceu, porque não estava escrito no projeto que vai dinheiro para a Infraestrutura, para a secretaria de Justiça e Cidadania, para colocar fibra ótica

em Santa Catarina, dinheiro para a enchente e para a seca.

Isso é o que foi aprovado na comissão de Finanças, foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça, com o voto do relator Romildo Titon, e foi aprovado na comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

É esta a situação que a Assembleia está dando ao governador do estado: inicie, governador Raimundo Colombo, os dois programas simultaneamente: o combate à seca no oeste e o combate às cheias no alto vale.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos pôr em votação os destaques às emendas. O destaque é supressivo, logo, se aprovado, retira as emendas propostas.

Por isso, quem votar "sim" mantém as emendas na forma como estão e quem votar "não" rejeita as emendas e mantém o projeto original.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, esta sessão poderia ter sido feita ontem e a dos bombeiros hoje, porque teríamos bombeiros civis e militares para ajudar a apagar esse incêndio.

Ontem foi uma sessão tranquila, bem encaminhada por esta Casa, mas hoje também, sr. presidente. E quero aproveitar a oportunidade na qualidade de líder do governo para cumprimentar os srs. deputados que se envolveram nessa matéria importante para Santa Catarina, para o governo do estado.

Acho que a ideia do deputado José Nei Ascari foi uma grande iniciativa que unificava os recursos para serem aplicados nas cheias e nas secas, infelizmente foi feita verbalmente e não chegou em tempo.

Mas quero cumprimentar a comissão de Finanças, através do deputado Marcos Vieira e do deputado

Valmir Comin, como presidente da comissão de Transporte, e o relator Romildo Titon. Acho que essas coisas têm que ser amadurecidas na Casa. O Executivo quando encaminhou a matéria já poderia ter feito, sr. presidente, a distribuição dos recursos por área.

Sei da agonia e da angústia do deputado Jean Kuhlmann, porque ele vai ser prefeito de Blumenau e está preocupado com a sua cidade. Independentemente disso ele já estava preocupado. Mas tenho certeza, deputado Jean Kuhlmann, que a sensibilidade do governador do estado de Santa Catarina, do secretário de Defesa Civil, Geraldo Althoff, um grande senador de Santa Catarina, não haverá de esquecer os recursos destinados ao combate às cheias de Santa Catarina e que a região mais afetada é a região do vale do Itajaí.

Por isso, sr. presidente, em nome do governo peço a todos os srs. parlamentares que votem a favor do relatório do deputado Romildo Titon, com as emendas incluídas. Na realidade, no início o governo pretendia aprovar como encaminhou a esta Casa, mas era praticamente impossível, pois os deputados têm direito e também querem sabem aonde vão se aplicados esses recursos. E parece que o encaminhamento desta Casa vai atender a todos, ao governo, à Assembleia e principalmente à população do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quem votar "sim" mantém as emendas aprovadas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente deputado, quem votar "sim" aprova as emendas, quem votar "não" aprova o requerimento do deputado Jean Kuhlmann, retirando as emendas. É uma emenda supressiva, por isso a votação é o inverso.

Quem votar "sim" mantém as emendas, quem votar "não" rejeita as emendas.

Está em votação.

Os deputados que concordam com a manutenção das emendas permaneçam como estão e os srs. deputados que são contrários às emendas manifestem-se.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado Jean Kuhlmann, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, volto a dizer que confio no governador Raimundo Colombo, acredito nele; por isso peço que votem contra, com o objetivo de retirar a emenda.

Quero pedir a todos que forem contrários que se manifestem nesse microfone, conforme orientação de v.exa.

Então, voto contra, porque acredito que não podemos atender à seca tirando dinheiro das enchentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O deputado Jean Kuhlmann já votou.

Quem for contrário se manifeste, não precisa ser no microfone, mas cada um tem a prerrogativa de fazê-lo ou não.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, pelo vale do Itajaí, voto "não"!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estão mantidas as emendas por maioria desnecessária de ser especificada.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu peço a v.exa. que conste em ata que apenas dois deputados votaram contra a emenda. Apenas dois!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está bem. Constará da ata.

O Sr. Deputado Ciro Roza - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Ciro Roza.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Eu também voto contra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então, são três votos contra.

Vamos agora votar o projeto com as emendas.

Para encaminhamento da matéria, com as palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, deputadas, eu me sinto na obrigação, como relator da matéria, de fazer os encaminhamentos. Mas também quero deixar registrado que o deputado Jean Kuhlmann, meu colega, está querendo constranger alguns parlamentares, inclusive este relator.

Deputado Jean Kuhlmann, v.exa. não acompanhou, lamentavelmente, a discussão da matéria na comissão de Finanças, onde tomamos todos os cuidados para ouvir o Executivo. A iniciativa foi de todos os deputados, tanto da Oposição quanto da Situação, em convidar o secretário da Fazenda Nelson Serpa, o secretário de Desenvolvimento Sustentável, Valdir Cobalchini, o secretário da Administração, Milton Martini, e também o secretário da Defesa Civil, Geraldo Althoff, que por falha no encaminhamento da correspondência não recebeu o convite.

Mas ainda ontem à noite tomei o cuidado de ligar para o secretário da Defesa Civil, Geraldo Althoff, relatando que haveria modificação no encaminhamento para atender à justa reivindicação da maioria dos srs. deputados na questão das secas. Ele me disse que desconhecia esse encaminhamento. Eu lhe disse que havia o encaminhamento feito com o secretário da Fazenda, que ele fizesse contato com o secretário ainda ontem à noite, e acredito que o fez. Conversamos três ou quatro vezes ontem à noite e hoje pela manhã recebi, por parte do deputado Aldo Schneider

especialmente, a informação de que havia tido sinal verde por parte do secretário da Fazenda para fazermos o encaminhamento dessa forma.

O deputado Marcos Vieira teve uma posição muito corajosa, quando, no âmbito da comissão de Justiça, colocou seu mandato à disposição se não tivesse ocorrido o encaminhamento junto ao governador e ao secretário da Fazenda.

Quero dizer que acredito porque ninguém colocaria publicamente seu mandato à disposição, se não tivesse o "de acordo" dessas autoridades citadas.

Então, deputado Jean Kuhlmann, v.exa. que tem todo o meu respeito, a minha amizade, não queira fazer disso um campo de batalha.

Disse ao deputado Aldo Schneider ontem à noite que também somos do vale do Itajaí, que também sabemos o que é o sofrimento decorrente das cheias. Além disso, lembrou muito bem o deputado Marcos Vieira que quando o projeto chegou a esta Casa não havia definição alguma de recursos nem para estradas, nem para construção de presídios, nem para cheias, nem para fibras óticas. Foi através de requerimento que solicitamos aos secretários a informação de como seriam investidos os recursos.

Portanto, foi tudo feito de forma muito transparente, de forma muito clara, para que não houvesse privilégio para ninguém, muito menos em detrimento do vale do Itajaí.

Eu, com seis mandatos, jamais haveria de fazer qualquer encaminhamento para prejudicar alguém. Então, quero deixar muito claro tudo isso para que não haja amanhã um discurso político, via imprensa, de que alguém votou contra, de que alguém votou a favor contra sua própria região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Plínio de Castro.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, com relação à discussão estabelecida nesta Casa acerca da emenda, até por dever de consciência, quero cumprimentar os deputados Marcos Vieira e Gilmar Knaesel, presidente e relator da comissão de Finanças desta Casa, e, da mesma forma, o deputado Aldo Schneider e os demais membros da comissão, pela postura que tiveram, sobretudo no estabelecimento da emenda detalhando o projeto encaminhado para contrair esse financiamento.

No mandato passado tive uma curta passagem por esta Casa e naquela oportunidade participei, como representante da nossa bancada, de uma reunião da comissão de Constituição e Justiça, onde foi deliberado o projeto de financiamento do governo do estado pela agência japonesa Jica, recursos destinados a saneamento. Na ocasião manifestei minha insatisfação, deputado Dieter Janssen, com o fato de que o oeste de Santa Catarina não estava sendo contemplado por aquele financiamento exclusivo para a área de saneamento.

Por isso a nossa alegria e a nossa palavra de agradecimento aos membros da comissão de Finanças e de Justiça. E v.exa., deputado Gilmar Knaesel, não precisa ficar preocupado, porque trataram dois filhos de forma igual. Se temos o problema das enchentes no vale do Itajaí e temos um problema das estiagens no oeste, graças à postura firme da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina conseguimos ver uma luz no fim do túnel, porque estão alocados R\$ 60 milhões para diminuir o impacto, sobretudo, da falta de água nas propriedades rurais.

Por isso, presidente, fico satisfeito e agradeço a aprovação da emenda.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria de deixar registrado nos anais da Assembleia

Legislativa o trabalho que a comissão de Finanças fez ao longo dos últimos dois meses, buscando o entendimento no âmbito do governo do estado, com as secretarias envolvidas nesse projeto, e no âmbito dos colegas de comissão. Evidentemente que tivemos que tomar uma decisão e a decisão, no meu entendimento e no entendimento dos pares da comissão de Finanças, foi direcionar e carimbar os recursos desse financiamento.

Moro no vale do Itajaí, sou atingido pelas cheias, mas entendo que esse assunto foi contemplado, assim como asseguramos o atendimento às consequências das secas.

Então, quero deixar registrado que a comissão de Finanças construiu o entendimento ao longo dos dois últimos meses, envolvendo todos os secretários de Desenvolvimento Regional e procurando contemplar as questões que envolvem Santa Catarina.

E quero fazer este registro: todos os membros da comissão de Finanças foram partícipes e entenderam que deveríamos, pelo menos, tentar encaminhar uma rubrica orçamentária para esses recursos.

Era isso, sr. presidente.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para declaração de voto, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Resido na cidade de Rio do Sul, a cidade mais afetada pelas enchentes, e acho que a partir do momento em que se abre um pressuposto de registro de três votos contrários, dá-se a entender que os outros foram contra a destinação de recursos ao alto vale para conter as cheias.

Então, não quero que isso vire um debate político. Temos o entendimento de que o estado tem que ser visto como um todo e nesse contexto tenho claro que o governo estadual não irá cumprir com o alto vale, deputado Aldo Schneider, aquilo que assinou lá, em dezembro, quando reuniu essa região inteira, da previsão de investimentos que seriam

feitos. Isso temos que ter claro na proposta que está contemplada no projeto Jica.

Ao mesmo tempo, houve a questão da estiagem, que também é um problema do estado de Santa Catarina e programas têm que ser implantados.

Em relação ao problema da estiagem, espero que finalmente este estado faça um planejamento de previsão efetiva de armazenagem de água, porque normalmente a única coisa que se faz é pensar em poço artesiano.

Então, não é que tenha sido contra o recurso, quero deixar aqui este registro, deputado Jean Kuhlmann, até mesmo porque já sei que o governo estadual que não vai cumprir o compromisso assumido com o alto vale, na medida em que assinou um conjunto de protocolos que certamente não serão cumpridos.

Em segundo lugar, tem que ser feito o registro, deputado Edison Andrino, que coitado deste estado se não houvesse a nossa Dilminha para mandar dinheiro. São R\$ 300 milhões a fundo perdido, deputado Padre Pedro Baldissera, mais os recursos do BNDES.

Ao mesmo tempo, quero enaltecer a responsabilidade da comissão de Constituição e Justiça, porque esse projeto das fibras óticas, de tantos e tantos valores, se fosse realmente aplicado, aí, sim, aquilo seria uma vergonha por falta de planejamento. Colocar estrada para empresas privadas que não estão investindo no estado?

Então, a minha posição não foi de um voto contrário ao deputado Jean Kuhlmann, mas uma posição de contemplar o estado como um todo. E espero que este governo efetivamente implante um projeto de contenção de cheias e de secas.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Na realidade, o que o governo federal destina para Santa Catarina está muito aquém, sr. presidente, daquilo

que o nosso estado contribui para a união, principalmente em termos de exportação. Nós recebemos apenas um pouquinho daquilo que contribuimos para o governo federal.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. já encaminhou a matéria e disse que iria fazer as duas juntas, mas pela ordem pode manifestar-se.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Encaminhei o voto destaque, agora a matéria. Mas como fui citado, quero somente dizer, para deixar claro também ao deputado Gilmar Knaesel, que sempre tive a minha postura de respeito a esta Casa e não quero fazer disso uma disputa política; se quisesse, teria pedido a votação do destaque nominal. Não quero fazer dessa forma, o que eu quero é apenas deixar registrado a todos os parlamentares.

Se quisessem carimbar os recursos do BNDES, deveriam ter retirado daqueles destinados à fibra ótica e não às cheias. Agora, não é justo atender à população que está na seca, tirando recursos de um projeto já pré-determinado e acordado, que precisa de R\$ 200 milhões. O erro não está em atender esse ou aquele, está na forma como foi feita a coisa.

Votarei favoravelmente ao projeto na redação final, mas quero fazer essa ressalva.

Entendo, e por isso pedi a v.exas. que rejeitassem a emenda, que o governador deveria ter a liberdade de destinar o recurso conforme a necessidade, mas acho que deveria ter atendido à região oeste na questão da seca, deputado Gelson Merisio, tirando dinheiro da fibra ótica e não do recurso que seria destinado a obras de prevenção de cheias no vale do Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em votação o Projeto de Lei n. 0032/2012.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0010/2012, de origem governamental, que institui as Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado e altera a Lei Complementar n. 495/2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale de Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Este projeto foi encaminhado pelo governo do estado em substituição ao projeto vetado, cujo foi mantido no dia de ontem.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal e os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - A região metropolitana é importante, há possibilidade de votação em segundo turno e a redação final hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Se v.exa. convencer os demais líderes da Casa, não haverá nenhum problema, deputado.

Consulto os srs. líderes se há concordância.

(As lideranças aquiescem.)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ficamos agradecido.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DIETER JANSSEN	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	Abstenção
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim" e uma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 18h01, a fim de procedermos à votação em segundo turno do PLC n. 0010/2012 e da redação final do projeto aprovado em turno único.

Está encerrada a sessão.